

Outros	105.000	1.005.000	-	-	-
Total	558.382.345	515.090.341	397.603.041	370.514.548	66,35

Fonte: Relatório Anual de Fiscalização 2016 fls. 469

PROGRAMA 3022 - REQUALIFICAÇÃO E PROMOÇÃO DA OCUPAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS

A Auditoria ressalta que, no âmbito do PPA 2014-2017, a atividade que teve o maior percentual financeiro realizado entre 2014 e 2016, tendo superado os valores planejados, foi Operação e Manutenção da Rede de Iluminação Pública, com 104,58% ou R\$ 1,004 bilhões. O registro é pertinente considerando-se o processo de licitação de PPP para a modernização, otimização, expansão, operação, manutenção e telegestão da infraestrutura da Rede de Iluminação Pública do Município de São Paulo ora em curso.

Quadro 15.16 – Execução Orçamentária do Programa 3022

LOA 2016					
Programa 3022 – Requalificação e Promoção da Ocupação dos Espaços Públicos					
Projeto/Atividade	LOA Aprovada (A)	LOA Atualizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	% Execução (E = D/A)
Requalificação de Bairros e Centralidades	545.578.609	513.486.642	185.302.927	132.420.261	24,27
Operação e Manutenção da Rede de Iluminação Pública	445.815.623	475.815.623	459.472.591	437.760.355	98,19
Manutenção de Vias e Áreas Públicas	282.734.762	314.868.270	283.588.072	256.822.880	90,84
Pavimentação e Recapeamento de Vias	195.300.000	141.636.268	64.513.816	64.489.393	33,02
Intervenção, Urbanização e Melhoria de Bairros - Plano de Obras das Subprefeituras	156.681.204	190.279.203	56.581.707	50.958.684	32,52
Conservação de Áreas Verdes e Vegetação Arbórea	145.861.632	141.803.892	131.902.984	118.406.494	81,18
Obras e Serviços nas Áreas de Riscos Geológicos	130.500.000	142.878.393	21.471.579	21.251.236	16,28
Desenvolvimento de Estudos, Projetos e Instrumentos de Políticas Urbanas	118.846.307	94.690.858	74.932.506	32.195.986	27,09
Operação e Manutenção das Praças Digitais	13.000.000	14.532.344	14.532.318	12.861.295	98,93
Subtotal	2.034.318.137	2.029.991.493	1.292.298.500	1.127.166.584	55,41
Outros	302.800.211	325.869.246	226.897.308	217.098.232	71,70
Total	2.337.118.348	2.355.860.739	1.519.195.808	1.344.264.816	57,52

Fonte: Quadro 15.16, folha 476 do RAF

Entre as atividades do programa 3022, a Auditoria destaca, pelo impacto nas condições de trafegabilidade da cidade, o percentual executado de apenas 50% em relação ao planejado de quilômetros de vias pavimentadas ou recapeadas nos três exercícios decorridos do PPA 2014-2017.

A Auditoria ainda ressalta os 32.889 novos pontos de iluminação pública implantados entre 2014 e 2015, que já superam os 26.790 previstos no PPA 2014 – 2017, apesar de não ter havido implantação de novos pontos em 2016. Todavia, dados da própria Prefeitura indicam a substituição de 82.642 pontos de iluminação com tecnologia LED, a maior parte em 2016, incluindo expansão da rede.

16 - FUNÇÃO HABITAÇÃO

A Auditoria lembra que a Função Habitação envolve atividades que objetivam reduzir o déficit habitacional e melhorar as condições habitacionais de assentamentos populacionais de baixa renda.

Em 2016, o Plano Municipal de Habitação-PMH foi revisado mas continuava pendente de aprovação, segundo a Auditoria. A estimativa da demanda habitacional do município de São Paulo apurada na revisão do PMH é a seguinte:

Quadro 16.1 - Demanda Habitacional do Município de São Paulo

Necessidades	Intervenções	Fonte/ Data-base	Intervenção no Território	Novas Unidades Habitacionais	Políticas de Regulação do Mercado de Aluguéis	Síntese das Necessidades Habitacionais
Necessidades Relacionadas à Precariedade Habitacional e Urbana	Favelas e Loteamentos Irregulares	Habitasampa/ abril/2016	740.239	89.953	-	830.192 domicílios
	Conjuntos Habitacionais Irregulares	SEHAB/2009	20.702	-	-	20.702 domicílios
	Cortiços	SEHAB-SEADE/2009	68.331	12.058	-	80.389 domicílios
	População em Situação de Rua	FIPE/2015	-	15.905	-	15.905 pessoas
Demandas Relacionadas à Dinâmicas Econômicas e de Crescimento Demográfico	Coabitação Familiar	CEM-FJP-Censo/2010	-	103.664	-	103.664 domicílios
	Crescimento Demográfico (até 2032)	Sehab/2016	-	147.151	-	147.151 domicílios
	Ônus Excessivo com Aluguel	CEM-FJP Censo/2010	-	-	187.612	187.612 domicílios
	Adensamento Excessivo (em domicílios alugados)	CEM-FJP Censo/2010	-	-	47.443	47.443 domicílios
Estimativa da Demanda por Tipo de Intervenção			829.272 domicílios	368.731 domicílios	235.055 domicílios	

Fonte: Relatório Anual de Fiscalização 2016 fls. 466

Registre-se que um domicílio pode ser enquadrado em diferentes tipos de intervenção ou necessidades simultaneamente.

Considerando-se os resultados do PPA 2014-2017, a Auditoria verifica que, em termos financeiros e em números gerais, a atividade 3002 - Acesso à Moradia Adequada empenhou, até 2016, 78,7% do planejado para o quadriênio. Já o programa 3020 – Proteção dos Recursos Naturais da Cidade apresentou, nesse mesmo período, resultado bastante inferior ao desejável, ou seja, 4,83% do total planejado.

A mesma disparidade entre os programas 3002 e 3020 a Auditoria aponta na execução orçamentária prevista na LOA 2016. Nesse caso, o percentual liquidado do programa 3002 – Acesso à Moradia Adequada não passou de 52,05%.

Quadro 16.3 – Execução Orçamentária da LOA 2016 Em R\$

Programa	LOA Aprovada (A)	LOA Atualizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	% Execução (E=D/A)
3002 - Acesso à Moradia Adequada	1.147.930.951	1.224.451.869	675.925.013	597.547.823	52,05
3020 - Proteção dos Recursos Naturais da Cidade	493.986.668	308.085.631	48.927.771	37.362.333	7,56
3024 - Suporte Administrativo	207.873.419	219.550.753	192.640.098	183.569.287	88,31
TOTAL	1.849.791.038	1.752.088.253	917.492.882	818.479.443	44,25

Fonte: Relatório Anual de Fiscalização 2016 fls. 492

No que tange à natureza da despesa, 72,27% dos recursos do programa 3002 - Acesso à Moradia Adequada foram utilizados para investimentos, conforme a Auditoria. Os 24,73% restantes, foram utilizados em outras despesas correntes. Já o programa Proteção dos Recursos Naturais da Cidade teve 100% de aplicação no grupo Investimentos (R\$ 37.362.332,84).

PROGRAMA ACESSO À MORADIA ADEQUADA

A Auditoria registra que, em relação ao PPA 2014-2017, com exceção da atividade Regularização Fundiária, as demais atividades apresentam baixo percentual de realização física.

Quadro 16.5 - PPA 2014-2017 - Acesso à Moradia Adequada

Projeto/Atividade	Medida	Planejado	Físico		Financeiro (em Reais)		
			Realizado % Ano	Realizado % Acumulado	Planejado	Realizado % Ano	
							Realizado % Acumulado
Verba de Atendimento Habitacional - Aluguel Social	famílias beneficiadas	134.700	22,27	62,79	313.020.253,00	42,98	116,19
Construção de Unidades Habitacionais	u.h. entregues	72.473	6,41	13,57	1.413.724.486,00	11,61	50,70
Regularização Fundiária	famílias beneficiadas	202.162	77,78	100,27	345.445.094,00	11,30	42,52
Urbanização de Favelas	famílias beneficiadas	88.025	0,42	2,84	702.398.736,00	34,75	94,66
Outros					438.750,00	-	-
TOTAL					2.775.027.319,00	20,96	68,19

Fonte: Relatório Anual de Fiscalização 2016 fls. 495

A Auditoria aponta que a atividade Verba de Atendimento Habitacional – Aluguel Social é a que logrou melhor resultado, tendo liquidado 30, 61% acima do previsto na LOA.

Quadro 16.6 - Acesso à Moradia Adequada – LOA Em R\$

Projeto/Atividade	LOA Aprovada (A)	LOA Atualizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	% Execução (E=D/A)
Urbanização de Favelas	595.576.385	604.242.719	298.104.455	244.054.899	40,98
Verba de Atendimento Habitacional - Aluguel Social	103.000.000	138.584.800	138.416.750	134.529.981	130,61
Construção de Unidades Habitacionais	178.247.666	189.015.690	103.218.799	96.542.234	54,16
Construção de Habitação de Interesse Social	91.760.400	91.760.400	67.576.811	67.576.811	73,64
Regularização Fundiária	97.092.503	131.615.256	50.005.334	39.022.171	40,19
Outros	82.253.997	69.233.004	18.602.864	15.821.727	19,24
Total	1.147.930.951	1.224.451.869	675.925.013	597.547.823	52,05

Fonte: Relatório Anual de Fiscalização 2016 fls. 496

De acordo com a Auditoria, em 2016, o projeto Regularização Fundiária beneficiou 157.241 famílias, o que significa 3,5 vezes mais do que o planejado, enquanto que o projeto Urbanização de Favelas beneficiou 369 famílias, ou 0,91% da meta prevista para 2016. Para as demais atividades do programa 3002, não houve previsão de metas.

A Auditoria destaca o aumento das famílias atendidas na atividade Verba de Atendimento Habitacional - Aluguel Social, de 26.798 em 2015 para 29.998 em 2016. Tal aumento se deve ao fato de que o auxílio financeiro para o pagamento de aluguel aos munícipes está sendo concentrado nesse programa, absorvendo, assim, a demanda do Programa Parceria Social (Projetos e Ações de Apoio Habitacional), em fase de desativação. Já o projeto Construção de Unidades Habitacionais entregou 4.643 unidades habitacionais em 2016, melhor resultado dos últimos 5 anos.

Quadro 16.9 – Evolução dos Serviços

Projeto/Atividade	Produto	2012	2013	2014	2015	2016	Total
Verba Atend. Hab. - Aluguel Social	famílias beneficiadas	21.188	23.605	27.788	26.798	29.998	129.377
Construção de Unidades Habitacionais	u.h. entregues	-	200	2.004	3.188	4.643	10.035
Regularização Fundiária	famílias beneficiadas	6.147	14.834	15.516	29.956	157.241	223.694
Urbanização de Favelas	famílias beneficiadas	5.546	1.319	1.717	413	369	9.364
Projetos e Ações de Apoio Habitacional	famílias atendidas	7.761	6.351	5.148	638	156	20.054

Fonte: Relatório Anual de Fiscalização 2016 fls. 503

PROGRAMA PROTEÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS DA CIDADE

Na Função Habitação, o único projeto do programa Proteção dos Recursos Naturais da Cidade e a Execução do Programa Mananciais. Segundo a Auditoria, em três anos do PPA 2014-2017, esse projeto realizou apenas 4,26% do previsto no plano financeiro, sendo que, no plano físico, nenhuma família foi beneficiada desde 2013.

Especificamente em 2016, o resultado não foi diferente, com liquidação de 7,56% do previsto na LOA e não atendimento a nenhuma das 23.715 famílias previstas. A Auditoria destaca justificativa da SEHAB, que atribui o baixo rendimento do programa a questões de ordem burocrática, uma vez que boa parte dos recursos utilizados compõe o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal, e sua liberação depende de ajustes documentais, financeiros e contratuais.

17 – CPI DO THEATRO MUNICIPAL

A Auditoria destaca que a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) foi constituída pela Câmara Municipal de São Paulo (CMSP) com o objetivo de investigar todos os contratos e convênios celebrados pela Fundação Teatro Municipal de São Paulo (FTMSP) e menciona as principais constatações da Comissão: (i) ausência dos serviços contratados, na medida em que os contratos pactuados pelo Instituto Brasileiro de Gestão Cultural (IBGC) não correspondiam a uma efetiva prestação de serviços, havendo, ainda, diversas e graves irregularidades; (ii) ausência de fiscalização e acompanhamento, em todos os níveis, por parte da Prefeitura para com as atividades da Fundação, dos Conselhos da Fundação para com as atividades de sua Diretoria e da Fundação para com as atividades e contratações realizadas pelo Instituto Brasileiro de Gestão Cultural (IBGC); (iii) irregularidades nas despesas do projeto Alma Brasileira; (iv) irregularidades no contrato com a empresa Olhar Imaginário; (v) ilegalidades na contratação da empresa PMM pelo Instituto Brasileiro de Gestão Cultural (IBGC), na medida em que o Maestro John Neschling acumulava a função de Diretor Artístico da Fundação Teatro Municipal (FTMSP) e a regência do Teatro.

De acordo com a Auditoria, nas contas relativas aos exercícios de 2013, 2014 e 2015 da Fundação Teatro Municipal de São Paulo (FTMSP) nesta Corte, os apontamentos refletem as investigações em curso perante o Poder Judiciário, bem como as já finalizadas, por meio de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), na Câmara Municipal de São Paulo (CMSP).

Dentre as irregularidades encontradas na Fundação, a Auditoria menciona a ausência de contrapartidas claramente definidas a serem realizadas pelo Instituto Brasileiro de Gestão Cultural (IBGC) para cada repasse de verba efetuado pela Fundação Teatro Municipal de São Paulo (FTMSP). Nos últimos exercícios os gastos do Instituto Brasileiro de Gestão Cultural (IBGC) superaram os valores repassados, gerando repasses adicionais e assim passaram a comprometer os recursos destinados aos semestres seguintes, agravando o descontrole do uso dos recursos.

A Auditoria aponta também que a falta de fiscalização aumentou com a ausência de atuação da Comissão de Acompanhamento e Fiscalização e da Comissão de Avaliação, cuja ação deveria ter sido acompanhada — e não foi — pela Secretaria Municipal da Cultura. Esse descontrole acabou permitindo a realização, por parte do Instituto Brasileiro de Gestão Cultural (IBGC), de contratos ilegítimos, seja por não se justificarem, por apresentarem valores exorbitantes ou porque foram pagos sem que o serviço contratado fosse realizado.

O descontrole atingiu também a direção artística da Fundação Teatro Municipal de São Paulo (FTMSP), sua área fim, ressalta a Auditoria. Nesse sentido, como a programação artística a ser realizada pelo Instituto Brasileiro de Gestão Cultural (IBGC) não foi claramente estipulada, nem foram definidos os parâmetros de